



MEMORANDUM 2010-2016

José Manuel Pereira Vieira
Vice-Presidente Nacional da Ordem dos Engenheiros

1. Preâmbulo

O presente Memorando constitui um pequeno relatório escrito, pessoal, dirigido aos Colegas do Conselho Directivo Nacional (CDN) onde, *ad perpetuam rei memoriam*, pretendi referir apenas aspectos que, não constituindo actividades ordinárias inerentes ao desempenho do cargo, considero de especial relevância da minha intervenção enquanto Vice-Presidente da Ordem dos Engenheiros, no período de dois mandatos, de 2010 a 2016.

Esta pequena contribuição, pretende, apenas e simplesmente, fazer um balanço e valorizar o meu contributo pessoal na concretização de acções estratégicas de grande impacto e relevância para a nossa Ordem, em especial as que resultaram de iniciativas nas quais e para as quais a minha participação foi mais significativa por me encontrar na “linha da frente” da sua materialização.

Reportam-se, assim, de forma sintética, algumas das acções desenvolvidas nos domínios da regulação da profissão, da formação dos engenheiros, das relações externas e no âmbito da FEANI, sublinhando-se os resultados obtidos e, quando adequado, os possíveis/desejáveis desenvolvimentos futuros.

Esta “prestação de contas” deve, também, ser entendida e ter em devida consideração que tal desempenho só foi possível graças a um trabalho de equipa no seio do CDN, permitindo-me salientar o particularíssimo papel do indefectível e determinante apoio do Bastonário Carlos Matias Ramos.

2. Regulação da profissão

No período em apreço, foram tomadas importantes decisões relativamente ao enquadramento dos diplomados em Engenharia após a reforma do ensino superior (Processo de Bolonha). Depois da instituição de novos regimes jurídicos para os graus e diplomas, em 2006, a Ordem manteve, até ao início do nosso 1º mandato, as regras de admissão de novos membros em conformidade com o regulamento de admissão e qualificação (RAQ) datado de 1993. Foi, então, decisiva a tomada de decisões estratégicas para a adaptação da Ordem às novas formações e à mobilidade de profissionais, decorrente da inserção do país na União Europeia, situações que determinaram a revisão do RAQ e a actualização do Estatuto de 1992.

2.1 Admissão de Membros

Em Julho de 2011 foi aprovado um novo RAQ adequado às realidades legislativas quer do ensino superior quer da actividade profissional, permitindo a admissão de licenciados em Engenharia pós-Bolonha (1º ciclo) e equiparando os licenciados pré-Bolonha aos Mestres pós-Bolonha. Esta decisão, de enorme impacto e relevância para o futuro da Ordem, foi acompanhada por uma série de determinações internas para a materializar, nomeadamente: (i) a constituição de 12 júris nacionais para a avaliação curricular individual dos candidatos a membros; (ii) a criação de uma plataforma informática onde foram concentrados todos os procedimentos regulamentares para o processo de admissão e qualificação; (iii) e a reestruturação do Gabinete de Admissão e Qualificação.



2.2 Novo Estatuto

Com a entrada em vigor das Leis n.º 2/2013 e n.º 123/2015, foram introduzidas alterações significativas no Estatuto de 1992, nomeadamente na estrutura interna e nas condições de admissão e na atribuição de graus de qualificação de membros efectivos.

Das alterações na estrutura interna, foi promovido o incremento da representatividade regional nos órgãos da Ordem (criação das Regiões dos Açores e da Madeira com representação no CDN) e a elaboração de documentos regulamentares. Destes últimos, saliento pela sua importância: (i) um novo RAQ, para definir as condições de admissão e a atribuição de níveis de qualificação profissional e de títulos profissionais; (ii) um novo regulamento de estágios; (iii) e a tabela das correspondências dos cursos de engenharia professados em escolas nacionais e as especialidades estruturadas na Ordem.

Infelizmente, não foi possível, no âmbito desta alteração estatutária, adaptar a estrutura interna da Ordem à realidade das novas formações em Engenharia e o seu enquadramento profissional nas especialidades existentes. Com efeito, o processo de Bolonha veio criar condições para um crescente universo de formações de banda estreita (principalmente ao nível dos mestrados de 2º ciclo), para além da notável abertura de novos horizontes da Engenharia para satisfazer as necessidades de uma sociedade cada vez mais tecnológica. Devo reconhecer o insucesso de não termos conseguido definir enquadramentos lógicos e razoáveis para “novas” formações, como são os casos das Engenharias Alimentar, Biomédica, Têxtil e outras, desejando que, no futuro, seja possível compreender melhor os novos paradigmas da formação em Engenharia, adequando a estrutura da Ordem a novas realidades em constantes e aceleradas dinâmicas.

3. Formação dos Engenheiros

A minha especial sensibilidade à aquisição de competências para o exercício da profissão de engenheiro, conduziu a uma particular aposta em projectos de referência tendo em vista a garantia de qualidade da formação dos engenheiros. Estão, neste âmbito, as decisivas apostas nos sistemas acreditação EUR-ACE e AcCEdE, assim como na colaboração com a A3ES na acreditação de cursos de licenciatura e mestrado.

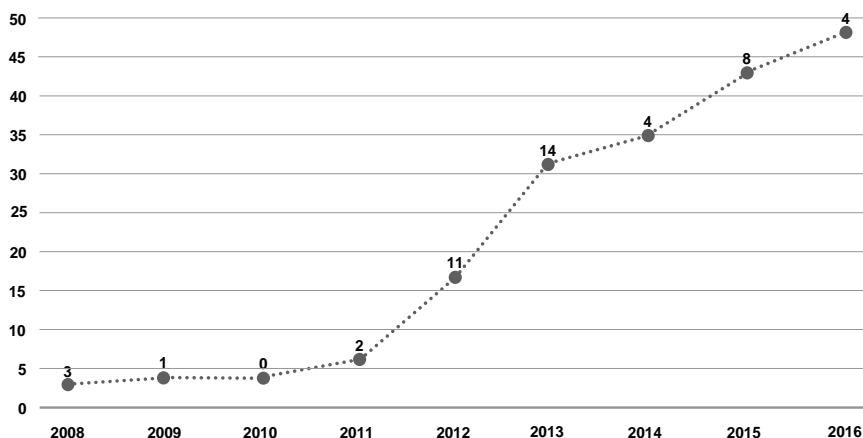
3.1 Acreditação de Cursos de formação inicial. Sistema EUR-ACE

A Ordem foi autorizada a atribuir o Selo de Qualidade EUR-ACE a cursos de engenharia de 2º ciclo (mestrados) a partir de Janeiro de 2009 até 2013. Reconhecendo o elevado interesse e relevância deste projecto e atendendo a que, no início do mandato (em 2010) haviam sido acreditados apenas 4 cursos (3 deles decorrentes do processo de acreditação de Agência Acreditadora), foi assumida uma decisão estratégica de valorização deste Selo de Qualidade, encetando-se uma reorganização interna e um conjunto de acções de informação em várias Escolas de Engenharia. Desta aposta, metódica e diligentemente executada, resultou a actual credibilização e crescente procura do Selo por parte das escolas de referência (ver quadro e gráfico seguintes).

Do processo de diálogo e concertação de acções com a ENAEE (*European Network for Accreditation of Engineering Education*) conseguiram-se os seguintes marcos para a Ordem como Agência Acreditadora em Portugal: (i) prorrogação do prazo de validade até 2018 para cursos de mestrado; (ii) atribuição para cursos de licenciatura a partir de 2013 até 2018; (iii) inclusão no conjunto de 13 agências que assinaram o Acordo de Reconhecimento Mútuo em 2014.

| Curso | Ano de atribuição do selo EUR-ACE | | | | | | | | | Total |
|-----------------------|-----------------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|-------|
| | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | |
| Mestrado Integrado | 3 | — | — | 1 | 5 | 6 | — | 4 | 2 | 21 |
| Mestrado 2º Ciclo | — | 1 | — | 1 | 6 | 7 | 1 | — | 1 | 17 |
| Licenciatura 1º Ciclo | — | — | — | — | — | 1 | 3 | 4 | 1 | 09 |
| Total | 3 | 1 | — | 2 | 11 | 14 | 4 | 8 | 4 | 47 |

Nº selos atribuídos (acumulados)



3.2 Acreditação de Cursos de formação contínua. Sistema AcCEdE

Para atender aos desafios colocados pelo progresso nas áreas de conhecimento relacionadas com a engenharia e as mudanças sociais e tecnológicas contemporâneas e que afectam a competitividade ao longo da carreira profissional dos Engenheiros, a Ordem decidiu aprovar a estruturação de um sistema de desenvolvimento profissional contínuo (DPC) contemplando duas componentes: (i) registo de actividade profissional (acervo profissional e anotação de responsabilidade técnica), destinada a garantir e a reconhecer uma actualização periódica de conhecimentos e de competências dos Engenheiros; (ii) implementação de um sistema de acreditação de formação contínua, destinada a assegurar, de forma permanente e estruturada, a qualidade das formações destinadas aos seus membros.

No âmbito daquela segunda componente, foi criado, estruturado e posto em marcha o sistema AcCEdE (com apresentação pública em Maio de 2014), tendo sido desenvolvidas as seguintes actividades: (i) execução de todo o processo de montagem e aprovação do sistema AcCEdE pelos órgãos competentes da Ordem; (ii) elaboração das brochuras de divulgação em Português e em Inglês; (iii) instalação de toda a logística e acompanhamento das actividades de selecção e constituição de bolsas de peritos e auditores do sistema; (iv) estabelecimento do processo de designação de peritos e auditores, bem como do tarifário a aplicar; (v) instalação da logística e acompanhamento do processo de avaliação das acções de formação e das entidades formadoras; (vi) desenho e elaboração dos certificados de acreditação a atribuir às entidades formadoras.

Pelo seu carácter inovador a nível nacional e internacional e por ser muito recente o início da sua implementação, este sistema de acreditação de formação contínua deve merecer, no futuro, uma protecção muito especial. Por outro lado, a implementação do DPC na sua plenitude (com a componente de registo de actividade profissional) muito beneficiará se assentar num sistema AcCEdE robusto, credível e prestigiado na comunidade profissional.



Brochura de divulgação do Sistema AcCEdE

3.3 Acreditação de Cursos de formação inicial. Sistema nacional da Agência A3ES

No âmbito da minha participação no Conselho Consultivo da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES), foi estabelecido um mecanismo de consulta à Ordem relativamente à acreditação de novos cursos no domínio da Engenharia, o que se tem reflectido numa intensa participação da Ordem, através de pareceres elaborados no âmbito do CAQ. Assim, desde 2010, foram solicitados pareceres para acreditação prévia de 167 novos programas de estudos (13 mestrados integrados, 103 mestrados de 2º ciclo e 51 licenciaturas). Esta actividade tem-se constituído, uma vez mais, num reconhecimento da seriedade da opinião da Ordem junto de instâncias públicas de grande importância para a qualidade do ensino da engenharia.

4. Relações externas

Das actividades com impacto na sociedade, relevo, por considerar mais significativas, as iniciativas relacionadas com as associações profissionais de engenharia de língua Portuguesa e com as Escolas de Engenharia. Destaco, assim, o CELP-Congresso dos Engenheiros de Língua Portuguesa, o Protocolo com o CONFEA (Brasil) e o Fórum OE-EE.

4.1 Congresso dos Engenheiros de Língua Portuguesa

A Ordem decidiu organizar um evento que denominou “Congresso dos Engenheiros de Língua Portuguesa (CELP)” com o objectivo de estabelecer uma plataforma de comunicação da Engenharia no âmbito dos países que integram a Comunidade de Países de Língua Portuguesa e de Macau, divulgando aos sectores económicos nacionais as realidades socioeconómicas daqueles países, bem como as oportunidades de negócios para os engenheiros e empresas de engenharia.

Assim, foi realizado o 1º CELP em Lisboa, em Outubro de 2012 e o 2º CELP em Macau, em Novembro de 2014. Os objectivos inicialmente propostos foram alcançados e significativamente ultrapassados, tendo sido possível firmar um Acordo de Cooperação entre as Associações Profissionais de Engenheiros de Língua Portuguesa através do qual é não só garantida a continuidade de realização do CELP com uma

periodicidade bienal, mas também afirmado o empenho no aprofundamento de formas concretas de cooperação entre as Associações signatárias, em especial nos domínios do reconhecimento de competências profissionais e dos mecanismos de mobilidade de profissionais de Engenharia dos seus Países.

Como presidente das comissões organizadoras destes dois congressos, muito me apraz registar que foi alcançado o compromisso de reforçar os laços de solidariedade e de cooperação, conjugando iniciativas para a promoção do desenvolvimento económico e social e para a afirmação e divulgação internacional da Engenharia de Língua Portuguesa.

Sendo este evento promovido pela Ordem um projecto de evidente interesse estratégico, espera-se que o mesmo seja continuado e ampliado, propondo-se o seu reforço com a constituição de uma Federação de Associações, com vista à sua representatividade no seio do movimento associativo internacional.



1º CELP em Lisboa, em Outubro de 2012



2º CELP em Macau, em Novembro de 2014

4.2 Protocolo com o CONFEA

No âmbito da forte aposta que a Ordem assumiu na procura de mecanismos simplificadores para a mobilidade e reconhecimento mútuo de competências profissionais dos engenheiros portugueses em países onde a internacionalização da nossa Engenharia é mais significativa, tem um espaço especial as diligências realizadas junto do CONFEA (Conselho Federal de Engenharia e Agronomia) do Brasil.

Após inúmeras reuniões, propostas de textos, conferências, etc., foi finalmente possível chegar a acordo e assinar, em 29 de Setembro de 2015, em Brasília, o “Termo de Reciprocidade” que fixa as condições

para o registo de profissionais engenheiros no Sistema Confea/Crea e na Ordem dos Engenheiros. Foram, ainda, marcos significativos os seguintes eventos de assinatura do Regulamento de Procedimentos, em 28 de Outubro de 2015, em Lisboa e o início da emissão de Carteiras Profissionais, em 15 de Abril de 2016, em Brasília.

Trata-se de um acordo cujo significado e alcance estratégico é por demais evidente e que deve merecer atenção especial na sua efectiva implementação.



Brasília, reunião em Março de 2012



Brasília, reunião em Março de 2015



Brasília, assinatura do Termo de Reciprocidade em Setembro de 2015



Lisboa, assinatura do Termo Aditivo em Outubro de 2015



Brasília, emissão de Carteiras Profissionais, em 15 de Abril de 2016





4.3 Forum OE-EE

No entendimento de que a Ordem deve constituir-se como um interlocutor relevante na articulação entre as Escolas de Engenharia (no que se refere às qualificações e competências aí atribuídas) e o mercado de trabalho onde se integram os respectivos diplomados, foi criado um fórum permanente (Fórum Ordem dos Engenheiros / Escolas de Engenharia), para análise e debate sobre a problemática da formação académica e inserção na vida profissional dos Engenheiros.

Neste âmbito, foram realizadas quatro reuniões (em 2013 e 2014) que, sob o tema genérico “Discussão sobre o momento actual do ensino da Engenharia em Portugal”, contaram com a participação e a visão estratégica das Escolas de Engenharia das Universidades Públicas e Institutos Politécnicos e onde se trataram assuntos de relevante importância e oportunidade, nomeadamente: (i) acesso aos cursos de Engenharia: situação no Ensino Secundário; (ii) reflexos do Processo de Bolonha na formação do engenheiro e na sua qualificação profissional, com particular incidência nos níveis de formação e aquisição de competências face aos diversos ciclos de estudos; (iii) divulgação da engenharia na Sociedade e, em particular, nas Escolas de Ensino Básico e Secundário; (iv) análise da empregabilidade e do prestígio social dos Engenheiros.

Considerando que esta articulação institucional assume um carácter estratégico para o futuro da Engenharia Portuguesa, espera-se que esta iniciativa seja fortalecida no futuro.

5. Actividade desenvolvida na FEANI

A minha actividade, primeiramente como membro do *Executive Board* e actualmente como Presidente da FEANI (*European Federation of National Engineering Associations*), desde Outubro de 2014, tem-se pautado por desenvolver esforços para que a Federação se constitua na única voz para a profissão de engenharia na Europa e para afirmar e desenvolver a identidade profissional dos engenheiros. Para isso, tenho-me empenhado em criar ou reformular iniciativas de âmbito interno e externo. Para além da representação pessoal, saliento, em especial, o objectivo de prestigiar a Ordem dos Engenheiros, instituição que me atribui o mandato.

5.1 Evento anual da FEANI

A realização da Assembleia-Geral ordinária anual da FEANI proporciona a oportunidade de organizar, em simultâneo, uma série de eventos com o objectivo de reforçar o papel dos membros nacionais nas actividades da Federação, bem como atrair a atenção da sociedade para o papel que ela pode desempenhar na divulgação da Engenharia Europeia.

Para conseguir aqueles objectivos foi iniciado em Lisboa, em Outubro de 2015, um novo figurino onde, para além da Assembleia-Geral e outras reuniões de outros órgãos da Federação, foram organizados dois eventos com alcance diferente: (i) Conferência Europeia, versando temas da engenharia do futuro; (ii) e o Fórum dos Jovens Engenheiros Europeus, com discussão de temas de interesse para as novas gerações de engenheiros. O facto destes eventos terem registado a presença muito confortável de participantes de 30 países diferentes (220 e 155, respectivamente), encoraja a repetição da aposta em futuras realizações.



Lisboa, International Conference “Lisbon Strategy: Engineering the Future”, em 8 de Outubro de 2015



Lisboa, “1st European Young Forum”, em 9 de Outubro de 2015



Lisboa, FEANI General Assembly, em 9 de Outubro de 2015



5.2 FEANI INDEX de cursos de Engenharia

Na minha presidência foi assumida a “nacionalização” da responsabilidade pela inscrição de cursos de engenharia reconhecidos pela FEANI. Isto significou a atribuição, aos Membros Nacionais, da responsabilização pela organização e verificação da conformidade dos cursos de Engenharia portugueses relativamente aos requisitos para constarem na lista de cursos reconhecidos pela FEANI. Por minha iniciativa, a responsabilização pelos cursos portugueses foi atribuída à Ordem dos Engenheiros, com a aquiescência da Ordem dos Engenheiros Técnicos.

5.3 Outros produtos da FEANI

No quadro de atribuições como Membro Nacional da FEANI, a Ordem tem assumido a responsabilidade pela recepção de candidaturas, organização e verificação da conformidade de processos com os currículos profissionais de Engenheiros e Engenheiros Técnicos portugueses, verificando os requisitos para acederem ao título de Engenheiro Europeu (*EURING*), atribuído pela FEANI.

Também relativamente ao cartão profissional Europeu *ENGINEERING CARD*, foi desenvolvido um intenso trabalho para a sua implementação em Portugal, da exclusiva responsabilidade da Ordem, nomeadamente, o acompanhamento de todo o processo de montagem do cartão e o lançamento de concurso público para a implementação da plataforma informática de registo e tratamento das candidaturas.

6. Nota final

O período em consideração (2010-2016) foi um tempo de amplas e profundas mudanças na vida e na actividade da Ordem dos Engenheiros que contribuiu, seguramente, para reforçar a sua imagem pública de grande respeitabilidade e prestígio. Não tenho quaisquer dúvidas em afirmar que a nossa Ordem é hoje muito melhor do que a que nos foi deixada em testemunho. Desse tempo, terei sempre óptimas recordações e um orgulho muito especial em ter tido o privilégio de contribuir activa, empenhada e entusiasticamente não só no múnus do cargo de Vice-Presidente que me foi confiado, mas também e muito particularmente, na criação de novos e estratégicos objectivos para nossa Ordem.

A todos os colegas do CDN quero transmitir que, mais do que companheiros irmanados em comuns propósitos efémeros, irei recordá-los como amigos para sempre. Citando Fernando Pessoa:

“O valor das coisas não está no tempo que elas duram, mas na intensidade com que acontecem. Por isso, existem momentos inesquecíveis, coisas inexplicáveis e pessoas incomparáveis.”

Um forte abraço amigo. Até sempre!

Lisboa, 19 de Abril de 2016

José Manuel Pereira Vieira